

Nova Versão DIGITARQ

O software DigitArq tem como objetivo a simplificação e otimização do trabalho num Arquivo Definitivo

Este *software* é constituído por 5 módulos funcionais que procuram ir ao encontro das necessidades de um profissional de arquivo. Entre estas encontram-se a descrição arquivística, gestão de projetos de digitalização, publicação *Web* e a navegação e pesquisa.

Este *software* encontra-se enquadrado com a visão orientadora de um Governo Eletrónico e de uma Sociedade da Informação, onde cada vez mais as atividades e os processos de negócio dos organismos públicos são suportados por mecanismos eletrónicos que agilizam e asseguram um serviço mais rápido, completo e transparente para o cidadão.

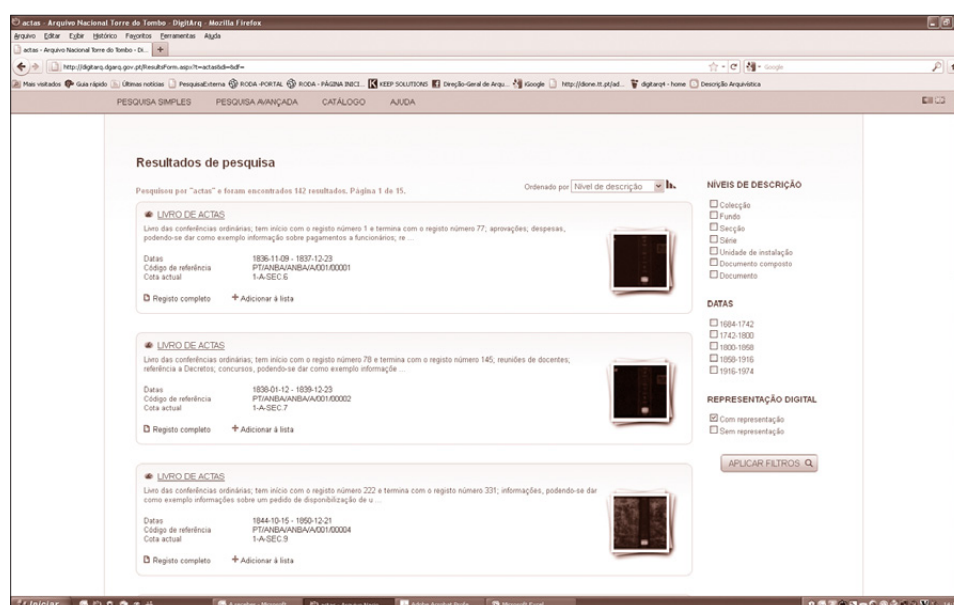
Em 2004, o projeto DigitArq foi galardoado com o prémio Fernandes Costa, atribuído pela Agência para a Sociedade do Conhecimento, por ter sido considerado o trabalho que melhor respondeu à *inovação e contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação* em Portugal.

A solução assenta em três normas internacionais:

ISAD – International Standard Archival Description

EAD – Encoded Archival Description

OAI-PMH – Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting



As duas primeiras, harmonizadas desde a publicação da versão 2002 do EAD, destinam-se a suportar o processo de descrição arquivística. A terceira destina-se a apoiar a integração deste *software* com portais agregadores de conteúdos, e.g. Europeana, Driver, Portal Português de Arquivos, entre outros.

Segue-se uma breve descrição dos vários módulos que compõem o *software* DigitArq.

Módulo de Core Services

Este módulo disponibiliza uma API de desenvolvimento baseada em *Web Services*, permitindo realizar todas as funções do DigitArq de uma forma programática. Entre estas encontram-se a pesquisa, criação ou modificação de registos de descrição, ações de conservação e restauro, projetos de incorporação de representações digitais, ações de preservação, associação entre registos de descrição e representações e/ou ficheiros, criação de vocabulários controlados, etc.. Os serviços

→ Continua na página seguinte

permitem também a gestão de utilizadores, geração de relatórios, modificação de configurações, etc.

Módulo de Backoffice

O módulo de BackOffice permite a produção de registos de descrição, segundo a norma <acronym title="g">ISAD</acronym>, e implementa funcionalidades avançadas como gestão automática de códigos de referência, controlo de qualidade das descrições, gestão simplificada do espaço físico, produção de relatórios em vários formatos (e.g. Word, Excel, texto e PDF), importação/exportação de auxiliares de pesquisa em EAD e outros formatos, funcionalidades de pesquisa avançada, suporte para fundos de grandes dimensões, conservação e restauro de documentos.

Gere projetos de digitalização e incorporação de documentação digital. Permite a estruturação hierárquica de representações digitais e ficheiros, geração automática de metainformação técnica e de preservação, geração de derivadas e miniaturas para disseminação na *Web*, gestão de localização física de ficheiros, etc. Inclui visualizadores e extratores automáticos de metainformação técnica para um grande número de formatos digitais, como PDF, MS Word, TIFF, PNG e JPEG.

Auxilia a associação de documentos digitais à sua descrição para posterior localização e publicação na *Web*. A associação é realizada de forma semi-automática, através de ecrã bipartido, ou totalmente automática bastando, para isso, que tenham sido adoptadas regras de nomenclatura para o nome dos ficheiros.

Módulo de Administração

O módulo de administração é responsável pela configuração geral da plataforma DigitArq. Este módulo gere o registo de utilizadores e das respetivas permissões e permite definir que operações estão disponíveis a cada colaborador.

O módulo suporta ainda a geração de estatísticas sobre o estado atual do arquivo, tais como, espaço físico ocupado, número de fundos descritos, número de fundos não publicados, nível de completude de cada fundo, número de registos por nível de descrição, etc. O módulo permite também a produção de estatísticas de produtividade por colaborador.

Neste módulo podem ainda ser geridos vocabulários controlados, configurações gerais associados aos restantes módulos e a criação de perfis de incorporação digital.

Módulo de Frontoffice

Módulo responsável por estabelecer a ponte entre o arquivo e o utilizador. Este módulo disponibiliza, atra-

vés da Internet, serviços de descoberta e localização de documentos de arquivo. Compreende três tipos de pesquisa: pesquisa simples, pesquisa avançada e navegação na lista de fundos (catálogo). A pesquisa é sempre realizada sobre a metainformação descritiva, permitindo ao utente navegar através de todos os registos de um fundo.

Este módulo permite ainda a visualização e navegação nas representações digitais associadas aos registos descritivos.

Módulo OAI-PMH

Módulo que permite exportar registos através do protocolo OAI-PMH. Este protocolo é utilizado por agregadores de metainformação como o Portal Português de Arquivos ou o projeto Europeana.

O Portal Português de Arquivos é um serviço fornecido pela Direção-Geral de Arquivos, no âmbito da Rede Portuguesa de Arquivos, que visa a criação de um portal de pesquisa sobre toda a informação de arquivo custodiada por repositórios de arquivo sejam eles nacionais ou de países em que o português é a língua oficial.

A DGARQ apostou ainda em congregar as instruções de utilização sob a forma de uma wiki em vez do formato mais tradicional de manual. Desta forma, além dos utilizadores o poderem consultar na internet, têm a possibilidade de deixar sugestões de melhoria ou ainda de virem a participar de forma cooperativa na edição destas instruções. Esta wiki pode ser acedida através de <http://digitarq4.wikispaces.com/>

Informamos finalmente que a DGARQ no âmbito do que considera ser a sua missão, disponibilizou publicamente em open source uma versão anterior – a versão 2.0 – do DigitArq. Estão assim disponíveis em <http://digitarq.pt> a versão monopostrado e o código fonte relativo a essa versão 2.0. Qualquer pessoa ou empresa pode descarregar livremente, sem ser necessário qualquer protocolo, e utilizar, redistribuir, alterar e comercializar esta versão que é distribuída sob uma licença BSD modificada a qual naturalmente os utilizadores terão de respeitar.

Com isto pretende-se sobretudo contribuir, ainda que modestamente, para o processo de inovação na área da indústria informática em Portugal e ao mesmo tempo permitir a outros arquivos a utilização desta ferramenta que apesar de muito simples pode ser de alguma utilidade para a gestão e descrição de arquivos definitivos.

Francisco Barbedo

SUBDIRETOR DA DGARQ

Arquivo Distrital da Guarda: Os arquivos e as novas tecnologias ao Serviço do Cidadão ■

HÁ CERCA DE 27 ANOS, O ARQUIVO Distrital da Guarda (ADGRD) iniciou a sua atividade enquanto arquivo público, com âmbito de atuação, então como hoje, na área do Distrito da Guarda. Nestas quase três décadas de atividade, o ADGRD adquiriu um vasto e diversificado conjunto de Fundos documentais que integram o património arquivístico nacional.

Tal acervo documental constitui uma fonte de informação essencial à compreensão da evolução das comunidades do Distrito da Guarda, ao longo dos últimos três ou quatro séculos.

Assim, o ADGRD, à semelhança de outros Arquivos, assumiu-se como um *arquivo de arquivos* da sua região – incorporando documentação nos termos legais e adquirindo outros documentos provenientes de entidades ativas ou já extintas da região, cujo valor informativo (histórico, jurídico, administrativo, ou outro) justifica a sua conservação definitiva.

Constituiu e continua a constituir preocupação fundamental deste Arquivo, a valorização do património arquivístico – o que se traduz no tratamento técnico da documentação à sua guarda e que resulta na elaboração de instrumentos de recuperação da informação eficazes, no sentido de garantir a acessibilidade aos cidadãos.

É no âmbito da divulgação do património arquivístico detido, principalmente ao nível da acessibilidade dos cidadãos a esse património, que mais e maiores transformações se verificaram nos últimos anos.

Os novos recursos tecnológicos à disposição do ADGRD, com sistemas de informação especializados: ARQ-



BASE, CALM, DIGITARQ, facilitaram a gestão de grandes volumes de informação, a tecnologia *Web*, a tecnologia digital e a combinação destes factores tecnológicos, permitiram valorizar significativamente o património arquivístico detido e torná-lo cada vez mais acessível ao cidadão.

O ADGRD, pela utilização das referidas tecnologias que constituem hoje *ferramentas* essenciais do nosso trabalho, deixou de ser exclusivamente um arquivo público regional e passou a ser de facto um Arquivo que detém e divulga património arquivístico Distrital, não só junto das comunidades locais, mas também e cada vez mais, junto do cidadão nacional e internacional, onde quer que se encontre.

O sítio na internet do ADGRD, desenvolvido e disponível desde finais de 2006, assegura ao cidadão o fácil e cómodo acesso a um volume significativo de informação institucional, relativa ao funcionamento, às funções do serviço, às atividades em curso, e ainda aos instrumentos de recuperação da informação desenvolvidos, sem necessidade de utilizar outros meios de comunicação.

Os anos 2009 e 2010 foram de profundas alterações. O ADGRD passou a dispor de um repositório próprio,

através do qual são pesquisáveis mais de 100.000 registos / descrições arquivísticas de documentos, e mais de 56.000 imagens / reproduções digitais dos mesmos.

O serviço de leitura, anteriormente presencial, ganhou uma extensão considerável

– o ambiente *web*, a partir do qual é possível a consulta através de reproduções digitais de elevada qualidade.

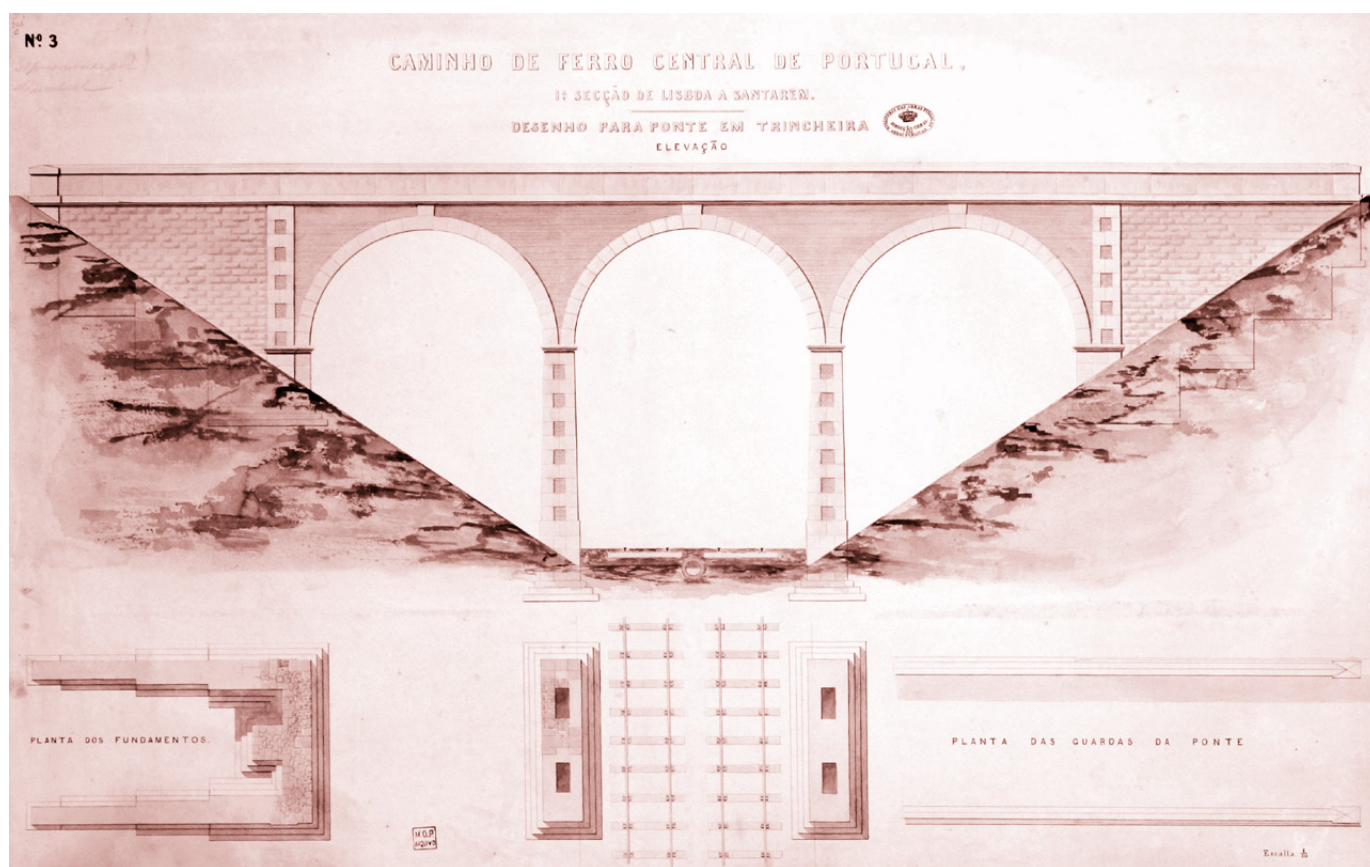
Temos também procurado sensibilizar as entidades públicas do Distrito para a preservação e divulgação do Património Arquivístico. Com este objetivo, o ADGRD dedicou, no seu sítio internet, uma página ao Património Arquivístico do Distrito. É um espaço onde todas as entidades, públicas e não públicas, do Distrito, podem disponibilizar informação relativa ao património arquivístico detido e à forma como a ele se pode aceder.

Recentemente, o ADGRD estabeleceu vários protocolos com municípios do Distrito, tendo em vista a disponibilização *on line* através do seu repositório de vários forais quinhentistas.

A tecnologia *web* põe em evidência que cada vez é menos importante o local ou o sítio onde os documentos se encontram. O importante é a forma, a qualidade e a facilidade na recuperação da informação de que necessitamos. E aí os arquivos e os arquivistas, enquanto profissionais da informação, têm um papel de destaque a desempenhar...

Levi Manuel Coelho
DIRETOR DO ADGRD

A Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ■



Caminho de Ferro Central Peninsular de Portugal. 1ª secção de Lisboa a Santarém, 1854

A BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, funciona na dependência da Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação da Secretaria – Geral, competindo-lhe apoiar, em termos de documentação e informação bibliográfica, legislativa e arquivística os serviços do Ministério e o público em geral.

O Arquivo Histórico do MOPTC tem a sua origem no Arquivo Geral do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, criado pelo Decreto de 30 de Setembro de 1852, com a designação de *Archivo Geral-Depósito de cartas, plantas, memórias, modêlos e instrumentos*.

Com a reorganização do Ministério em 1868, pelo Decreto de 31 de

Dezembro, é criada a Repartição de Arquivo e Biblioteca que tinha a *seu cargo recolher, inventariar, classificar, catalogar e conservar em arquivo e bibliotheca geral todos os processos findos e livros impressos ou manuscritos pertencentes ao ministerio, exceptuando os de uso quotidiano nas repartições*.

Por Decreto com força de lei de 10 de Maio de 1911, o então Ministro do Fomento, Brito Camacho, promoveu uma importante reorganização do Arquivo Geral e da Biblioteca, que se traduziu na definição das suas funções, regulamentação do quadro de pessoal e na abertura, pela primeira vez, à consulta publica, possibilitando aos estudiosos a consulta dos respectivos fundos e democratizando assim, pela primeira vez, o acesso

à documentação da biblioteca e do arquivo de um Ministério.

Embora a criação do Ministério date de 1852, o arquivo detém documentação que remonta aos finais do século XVI, pois foram integrados arquivos de algumas instituições do Antigo Regime e parte do Ministério do Reino, de que herdou funções. A documentação mais antiga integra-se no fundo da Montaria-Mor do Reino e data de 1583.

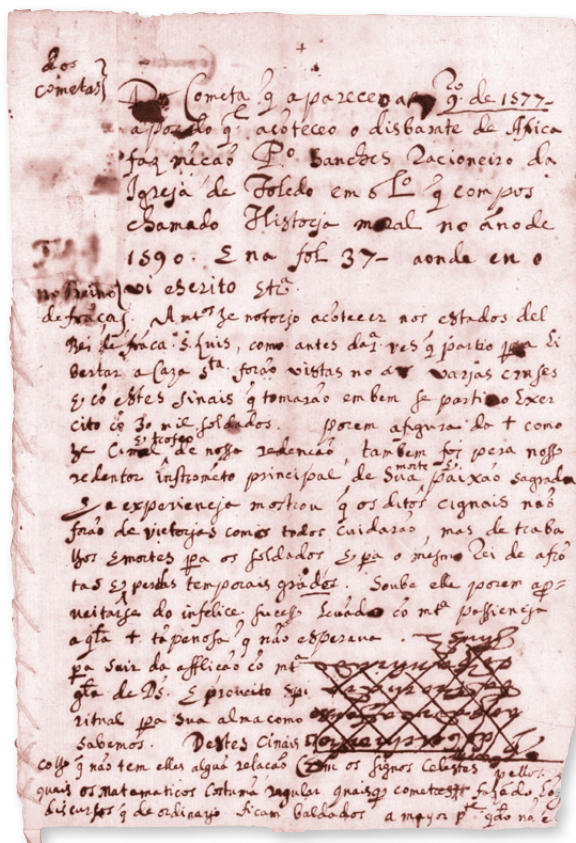
O acervo arquivístico, constituído hoje por 93 fundos documentais com uma dimensão de cerca de 2.000 ml, reflete todas as alterações do Ministério, desde a sua criação até aos nossos dias.

Todas as áreas, que ao longo do tempo, foram da competência do Ministério, estão presentes nos

Os cometas ■

O MANUSCRITO EM QUESTÃO (Marqueses de Olhão, cx. 55, doc. 11) contém relatos de observação dos cometas de 1577 e de 1618. Os relatos não parecem resultar de observação direta de quem redigiu o manuscrito; tudo leva a crer que foram compilados a partir de notícias publicadas ou divulgadas antes. Os cometas são brevemente descritos quanto ao seu momento de aparição, ao seu aspeto visual e localização, e ao seu significado. Este último assunto é discutido com algum desenvolvimento.

A observação de cometas foi um dos aspetos mais importantes no desenvolvimento histórico da astronomia e os cometas que se tratam neste manuscrito foram possivelmente os mais importantes na história da astronomia. O aparecimento de um cometa em 1577 esteve na origem de um aceso debate astronómico, depois de se mostrar que estava localizado mais distante do que a Lua, isto é, na zona celeste, ao contrário do que Aristóteles defendia. A observação dos cometas de 1618 (pois na verdade foram observados mais do que um) gerou uma imensa literatura em torno não ape-



nas das propriedades dos próprios cometas, mas, mais geralmente, acerca da natureza da matéria celeste e da organização do cosmos.

Na história portuguesa o cometa de 1577 revestiu-se ainda de um significado muito especial pois o seu aparecimento foi depois considerado como

tendo sido um prenúncio da catástrofe militar de Alcácer-Quibir, no ano de 1578. Aliás, nas décadas seguintes, em toda a Europa passou a ser frequente defender que os cometas prenunciavam catástrofes usando o exemplo deste cometa e dos trágicos acontecimentos em Portugal.

O manuscrito traduz assim o interesse por estas questões astronómicas em Portugal, nos âmbitos mais cultos da sociedade. Embora sem conter novidades de assinalar do ponto de vista científico, este manuscrito testemunha que também no nosso país o assunto dos

cometas, as suas propriedades físicas e a sua significação, geraram muita curiosidade e alimentaram muitos debates.

Henrique Leitão

CIUHCT, FACULDADE DE CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Arquivo de Família dos Marqueses de Olhão / Condes de Castro Marim e dos Marqueses de Valada / Condes da Caparica ■

A 5 DE MAIO DE 2011 FOI ASSINADO O CONTRATO de doação do Arquivo de Família dos Marqueses de Olhão/Condes de Castro Marim e dos Marqueses de Valada/Condes da Caparica ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Foram doadores e representantes dos respetivos ramos familiares, D. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses, José da Cunha Guimarães, D. Maria José da Cunha Vilas Boas, D. Miguel Vaz de Almada e António José d'Orey da Cunha.

O arquivo doado, composto por cerca de 2.650 documentos, em papel e pergaminho, com datas compreendidas entre 1494-1905, contém, entre outros documentos, correspondência do Príncipe, irmão do Imperador de Marrocos, Didi Mullus Abdçellam, do Rei Álvaro VII do Congo ao Rei de Luango, do Patriarca da Etiópia, de D. Afonso VI ao Rei do Congo, do Papa Leão XII, de Carlos I de Inglaterra ao Conde de Olivares, de Filipe II a D. Sebastião.

António Frazão

GABINETE DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

Arquivo de Família dos Marqueses de Olhão / / Condes de Castro Marim e dos Marqueses de Valada / Condes da Caparica ■

Senhor Secretário de Estado da Cultura, Senhor Dr. Elísio Sumavielle, Senhor Diretor Geral dos Arquivos Nacionais e da Torre do Tombo, Senhor Dr. Silvestre Lacerda. Minhas Senhoras e meus Senhores, querida Família.

É para mim uma honra e um prazer, estar hoje aqui num dia com muito significado para todos nós: trata-se da assinatura do contrato de doação do Arquivo da nossa Família ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Este arquivo é composto por cerca de 2.650 documentos, classificados em mais de uma dezena de núcleos, destacando-se os

- Quatrocentista
- Quinhentista
- Eclesiástico
- Cunhas de Mendonça
- Cunhas de Mendonça e Meneses
- Melos (Monteiros Mor do Reino)
- Marqueses de Olhão / Condes de Castro Marim
- Ultramarino

São documentos referentes à história da nossa Família que, como sabemos, em não poucos momentos, se identificou com a História de Portugal.

Nesses vários núcleos encontram-se referências ao grande Tristão da Cunha, neto de João Pereira Agostim (um dos doze de Inglaterra), Tristão da Cunha que foi notável navegador e diplomata do rei D. Manuel I, dos seus filhos Nuno, que foi Vice-Rei da Índia e Simão – a nossa Família descende dos dois – de Tristão da Cunha de Mendonça, que foi Governador de Angola, de Jorge de Melo, Monteiro-Mor do Reino, que teve papel ativo na Revolução de 1640, de D. Pedro da Cunha Mendonça e Meneses, que, pelo seu casamento, fez, após sete gerações, a ligação dos ramos, dos filhos de Tristão da Cunha – Nuno e Simão – como atrás referi, de D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses, 1.º Conde de Castro Marim e 1.º Marquês de Olhão, que teve um papel relevante na luta aos invasores franceses, quando desempenhava as funções de Governador Geral do Algarve, e que fez ainda parte da Junta Governativa do Reino, aquando da estadia da família Real no Brasil, etc. etc..

Não quero deixar de fazer uma referência especial ao núcleo Eclesiástico.

A nossa Família, profundamente católica, nos cerca de 450 anos contemplados na documentação – séculos xv ao xix – teve a Graça, em quase todas as gerações, de ter um ou mais membros ao serviço da Igreja.

Destaco, pela sua relevância, D. Manuel da Cunha, D. José Maria de Melo e D. Carlos da Cunha.

O primeiro – frade Carmelita – foi Bispo de Elvas e posteriormente de Lisboa. Tendo sido confessor do Duque de Bragança, futuro D. João IV, foi, após a restauração, chamado para Lisboa, para Bispo da capital e membro do Conselho de Estado. Mais tarde fundou o Convento de Olhalvo, cuja igreja, é hoje a Matriz da Paróquia.

O segundo – D. José Maria de Melo – foi Bispo eleito do Algarve e Bispo Inquisidor-Mor.

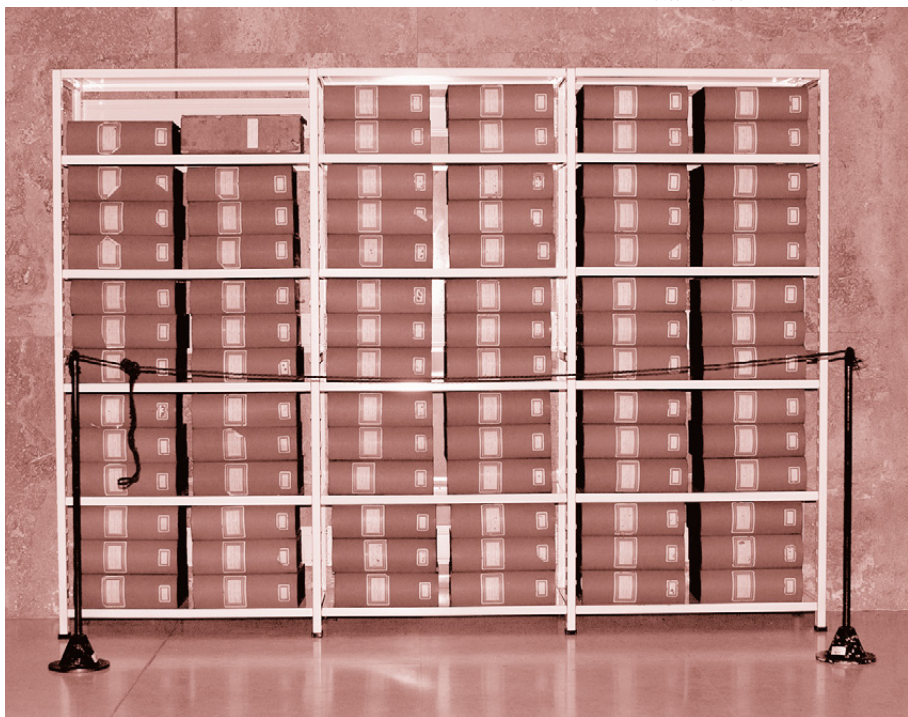
O terceiro – D. Carlos da Cunha de Mendonça e Meneses – irmão do 1.º Marquês de Olhão, foi Cardeal Patriarca de Lisboa, de 1818 a 1825. Numa época politicamente muito conturbada, sofreu, momentaneamente, o exílio em França, na cidade de Baiona.

Cabe aqui uma observação, um esclarecimento, relativamente ao facto de não haver um núcleo específico Marqueses de Valada / Condes de Caparica. Isto explica-se porque a junção destas duas Casas – dos Marqueses de Olhão com a dos Marqueses de Valada – só se realizou em 1914, quando o meu Avô – o 3.º Marquês de Olhão – herdou a representação da Casa dos Marqueses de Valada, por morte do seu primo – D. Francisco Xavier de Meneses da Silveira e Castro.

O Arquivo desta Casa, ao que julgo, está na posse da Família dos Duques de Lafões.

O Palácio de Xabregas, casa da Família em Lisboa, pelo menos desde o tempo do grande Tristão da Cunha, que, como atesta o seu testamento integrado no Arquivo, era já proprietário das denominadas Casas de Enxobregas, foi, quase sempre, o depositário da documentação familiar.

Essas mesmas casas serviram, ainda nessa época, de recolhimento à Rainha D. Leonor e à Infanta D. Isabel, para o período de luto, após a morte do rei D. Manuel I.



Igualmente, cerca de um século depois, o Palácio de Xabregas serviu de palco às primeiras reuniões dos nobres conjurados de 1640, estando nessa altura aí a viver Jorge de Mello, como se poderá testemunhar, igualmente no Arquivo, no núcleo dos Mellos/Monteiros Mor.

Já nos nossos tempos, foi também nessa Casa que, há cerca de 55 anos, o meu Pai pediu a colaboração do Prof. Dr. Banha de Andrade para analisar o arquivo e proceder à sua reclassificação. Recordo-me de ter tido o prazer de, por vezes, o acompanhar, tendo ainda presente o seu interesse, entusiasmo e conhecimento, bem como a capacidade que tinha em transmitir esse interesse a um rapaz de 20 anos que olhava deslumbrado para esses papéis, muitos deles, para si, indecifráveis.

Nestes últimos cinquenta anos, além do Prof. Banha de Andrade, que, baseado em elementos do Arquivo, fez um livro sobre Tristão da Cunha de Mendonça, Governador de Angola, outros historiadores, baseados na mesma fonte, fizeram alguns estudos, nomeadamente Luiza Arruda, que entre outros trabalhos publicou «O Palácio de Xabregas, do legado de Tristão da Cunha às grandes obras do século XVIII», Teresa Ponces, que elaborou um trabalho sobre o Cardeal Patriarca D. Carlos da Cunha, reproduzido no livro recentemente editado Os Patriarcas de Lisboa, e ainda José Sarmento de Matos que fez um estudo sobre o «Palácio de Xabregas», integrado no seu livro «Caminho do Oriente».

Alguns destes historiadores estão, felizmente, aqui presentes.

Com a morte do nosso Pai e posterior venda do Palácio de Xabregas, começámos a questionar o que fazer ao Arquivo.

Embora sendo um bem móvel e valioso, foi sempre preocupação prioritária da Família assegurar um destino condigno, evitar a dispersão dos documentos e garantir a sua preservação e estudo.

Assim sendo, e por total unanimidade, todos os ramos acolheram a ideia de doação a esta vossa Casa.

Permitam-me, Senhor Secretário de Estado e Senhor Diretor Geral, afirmar a V. Exas., o orgulho que sentimos pelo facto de haver em Portugal uma instituição como a Torre do Tombo. Numa época de profunda crise nacional é consolador verificar que há Instituições do Estado que funcionam exemplarmente e que são apontadas como referência em todo o mundo civilizado. É bom para a nossa auto estima.

Estão pois V.Exas. de parabéns. É o que se pode chamar uma Instituição de Excelência com uma gestão de Excelência.

Permitam-me ainda uma palavra de agradecimento ao Senhor Dr. António Frazão, quadro superior desta vossa Casa, que foi incansável, como elemento de ligação da Torre do Tombo com a Família que aqui represento.

É pois com muita satisfação que, com esta cerimónia, fica hoje concretizado o nosso principal objetivo – garantir um destino digno aos documentos que os nossos antepassados nos legaram.

Muito obrigado.

5 DE MAIO DE 2011

A situação dos arquivos da Administração Central do Estado ■

Para conhecer a situação dos arquivos da Administração Central do Estado (ACE), a Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) levou a efeito, em 2010, um inquérito sobre o tema, cujos resultados foram recentemente disponibilizados no seu sítio Web¹.

O inquérito teve como principais objectivos:

1. Conhecer a atuação das Secretarias-Gerais (SG) e de outros organismos da ACE no âmbito das suas competências de gestão de documentos de arquivo, desenvolvidas após o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)², constituindo assim um primeiro contributo para a sua avaliação, quatro anos após o seu início;
2. Caracterizar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de arquivo destas entidades;
3. Fornecer dados para suportar a elaboração de uma proposta de estratégia conjunta com vista à melhoria da intervenção das Secretarias-Gerais no domínio da qualificação dos referidos sistemas.

Para a sua elaboração, foram realizados dois questionários. O primeiro foi destinado especificamente às Secretarias-Gerais, tendo respondido todas exceto uma. O segundo destinou-se aos restantes organismos da ACE, com exceção de algumas entidades previamente identificadas, a exemplo das missões diplomáticas, das escolas e respetivos agrupamentos, bem como dos organismos do Serviço Nacional de Saúde, das Forças Armadas e do Setor Empresarial do Estado. Num universo de 258 entidades, responderam 145, de todos os ministérios.

Os resultados obtidos permitem apurar um conjunto de tendências e conclusões, de que destacamos:

A. Ao nível das políticas, responsabilidades e planeamento dos sistemas de arquivo da ACE

1. Contraste entre a situação das SG e dos restantes organismos (doravante designados ORG), com os primeiros a possuírem diplomas orgânicos que estabelecem formalmente a responsabilidade sobre o referido sistema e os segundos a deterem esta indicação apenas em 42% dos casos. Acresce que apenas 21 dos ORG possuem regulamentos de arquivo em vigor.

2. Multiplicidade de unidades orgânicas envolvidas na coordenação do sistema nas SG (79% de casos), o que contribui para dificultar uma gestão integrada da informação arquivística.

3. Fraca presença dos projetos de melhoria do sistema de arquivo nos principais documentos de planeamento estratégico dos ORG, como o QUAR (apenas 13,9%).

4. Nas SG e nos ORG, os projetos que assumem maior relevância são os de implementação de sistemas eletrónicos de gestão de arquivos (SEGA), embora vários dados recolhidos levantem dúvidas sobre a correta aplicação dos requisitos para a sua escolha, sobre a qualidade dos instrumentos de gestão de documentos que devem

acompanhá-los ou mesmo sobre as suas funcionalidades.

B. Ao nível da gestão de recursos afetos ao funcionamento dos sistemas de arquivo

1. Dificuldade dos organismos apresentarem valores seguros no que respeita sobretudo a indicadores financeiros e, frequentemente, também às consultas globais dos documentos de arquivo.

2. No caso das SG, 81% dos recursos humanos possuem formação em Arquivística, contrastando com 48% sem qualquer formação na área, nos ORG.

C. Ao nível das principais funções do sistema, incluindo a de armazenamento da informação

1. Grande contraste entre a aplicação de instrumentos de gestão de documentos básicos, nas SG e nos ORG, com as primeiras entidades a apresentarem melhores resultados qualitativos, como por ex. tabelas de seleção (78,6% nas SG, contra 21% dos casos nos ORG), regras e procedimentos para o registo/descrição (42,9% contra 20%) e planos de classificação (78,6% contra 49%).

2. Fraca aplicação do MOREQ – Modelo de requisitos para a gestão de arquivos eletrónicos (9%), do esquema MIP – Metainformação para a Interoperabilidade (apenas 5%), ou da ISAD – Norma geral internacional de descrição arquivística (18%), nos sistemas de arquivo dos ORG, onde se constatou também uma grande utilização de esquemas não normalizados para a descrição da informação (68%), aspetos que limitam a qualidade dos referidos

sistemas. Esta situação contrasta com a das SG, sobretudo nos níveis elevados de utilização da ISAD (86,6%).

3. Existência de 9 SG com projetos de digitalização de documentação de uso não corrente, potenciando assim os projetos de partilha de conteúdos digitais em rede, na Internet.

4. Níveis débeis de utilização de planos de preservação digital (14,3% nas SG contra 5% nos ORG), indiciando falta de estratégia a este nível e comprometendo o acesso aos documentos eletrónicos cujas necessidades de conservação impliquem períodos superiores a 7 anos.

5. Existência de mais de 63 km de documentação nos depósitos das SG e de mais de 600 km nos restantes organismos, sendo que, neste último caso, mais de 76% se encontra acumulada e sem tratamento. Este aspeto indica, muito provavelmente, que nos últimos anos apenas se conseguiram melhorias limitadas na redução dos 681 km a que se reportava o «Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central», publicado em 2003.

6. Fraca utilização de tabelas de seleção para resolver o problema da avaliação e seleção de documentos nos ORG (apenas em 21% dos casos), e reduzidas taxas de eliminação, o que explica a grande quantidade de documentação acumulada, muita dela previsivelmente sem valor arquivístico.

7. Todas as SG possuem mais de um local de armazenamento de documentação, à exceção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Contudo, pelo menos cinco SG não possuem espaço disponível para receber documentação de uso não corrente e quatro delas apenas possuem menos de 20% da capacidade dos depósitos por ocupar, fator que impede ou

limita incorporações documentais e o cumprimento da legislação que suporta o PRACE. Nos ORG, o espaço disponível é igualmente escasso, situação que se encontra em quase todos os ministérios e limita a existência de boas práticas de gestão de documentos.

8. No caso das SG, predominam os depósitos de arquivo localizados no concelho de Lisboa.

9. A qualidade dos espaços de armazenamento é também limitada, com menos de 20% de entidades da ACE a instalarem a sua documentação de uso não corrente em depósitos controlados. Predominam, assim, no caso das SG, as caves (32%) e, nos ORG, as salas e corredores (38%).

10. Apenas 41% das SG e 37% dos ORG possuem meios de controlo das condições ambientais dos espaços de armazenamento indicados, sendo maior a percentagem no caso dos meios de prevenção e controlo de incêndio existentes (82% e 87%, respectivamente). Contudo, existem entidades que não os detêm, arriscando a preservação da informação estatal.

11. O outsourcing de armazenamento abrange mais de 65 km de documentação em suporte tradicional, o que representa menos de 10% da que se encontra à guarda da ACE.

12. Denota-se ainda grande dificuldade dos organismos em apresentarem valores rigorosos sobre o armazenamento da sua informação digital, indiciando que a maior parte das pessoas que responderam não detêm o controlo direto sobre esta.

D. Ao nível da promoção da gestão de documentos pelas Secretarias-Gerais

1. Aposta das SG na realização de orientações técnicas comuns para gestão de documentos das diferen-

tes entidades ministeriais (89%) e no apoio aos ORG na área da avaliação, seleção e eliminação de documentos.

2. Falta de apoio das SG na elaboração de planos de preservação digital dos ORG.

3. Fraca dimensão do ingresso de documentação de uso não corrente dos ORG nos depósitos das SG, recorrendo estes aos seus próprios repositórios, como destino dos acervos a serem transferidos (86%). Este aspeto contraria uma das principais orientações estratégicas do PRACE no domínio da gestão de documentos, que apontava para a sua incorporação e passagem para a responsabilidade das SG.

No Relatório final do inquérito, além dos resultados, foi ainda incluído um contributo para uma análise SWOT, onde além de muitos dos pontos fracos já identificados, também se apresentam alguns pontos fortes dos arquivos da ACE. Referimo-nos, nomeadamente, ao posicionamento mais destacado das Secretarias-Gerais, em relação aos restantes organismos, apresentando estas maiores níveis de reconhecimento formal da área de gestão de documentos, mais recursos qualificados, projectos transversais no âmbito dos seus ministérios, maior utilização de normas e maior percentagem de projetos que permitam a webização de conteúdos arquivísticos.

Contudo, apesar da crescente melhoria da qualidade dos projetos de intervenção arquivística das Secretarias-Gerais, nos últimos anos, existe ainda um longo caminho a percorrer para que possam cumprir a missão que lhe foi atribuída pelo PRACE na área da gestão de documentos, apoiando os restantes organismos ministeriais,

→ Continua na página seguinte

com maiores dificuldades, neste domínio. Se tivermos ainda em conta que ainda se mantêm, ou foram apenas atenuados, alguns dos problemas já identificados no Diagnóstico de 2003, pode-se afirmar que uma boa parte da mudança está por implementar, esperando-se que as SG possam, em colaboração com a DGARQ, ajudar a melhorar o panorama dos arquivos do Estado, na sua área de competências.

O Relatório agora difundido publicamente serviu de base para uma primeira proposta de estratégia, apresentada pela DGARQ, e debatida com as Secretarias-Gerais ainda no final de 2010. Face à situação arquivística existente na ACE, a Direção-Geral de Arquivos tenciona, ainda durante o último trimestre deste ano, realizar uma Jornada pública de reflexão e debate sobre o tema, com vista ao desenvolvimento destes arquivos.

No futuro próximo, a DGARQ deve continuar a realizar mais inquéritos para atualizar os seus resultados, de modo a dispor de dados rigorosos, que permitam compreender a evolução do setor e alicerçar a cons-

trução das políticas públicas de arquivo no nosso país, orientando-as para uma gestão mais eficaz e eficiente da informação arquivística na Administração Pública e da salvaguarda do património arquivístico nacional

- 1 Situação dos sistemas de arquivo da ACE. Questionários 2010. Relatório final. Lisboa: DGARQ, 2010. [Consult. de 8 Junho de 2011]. Disponível em http://dgarq.gov.pt/files/2011/05/Relatorio_questionarios_ACE_2010_v1.2.pdf.
- 2 A legislação publicada na sequência do PRACE atribui, entre outros, às Secretarias-Gerais, a promoção de «boas práticas de gestão de documentos nos serviços e organismos» dos respetivos ministérios, «procedendo à recolha, tratamento, conservação e comunicação dos arquivos que deixem de ser de uso corrente por parte dos organismos produtores. Um modelo das funções destas entidades no domínio da gestão de documentos, na perspectiva da DGARQ, encontra-se em PENTEADO, Pedro, «A nova arquitectura da Administração Central do Estado e a política pública de arquivos». *Cadernos BAD*, 2006, n.º 2, p. 14-29. [Consult. de 8 de Junho de 2011]. Disponível na Internet em <http://eprints.rclis.org/12416/>.

Pedro Penteado

DIRETOR DE SERVIÇOS DE ARQUIVÍSTICA E APOIO
TÉCNICO DA DGARQ · COORDENADOR DO GRUPO
DE TRABALHO DO INQUÉRITO

conteúdos documentais, de que se destacam as obras públicas – estradas, caminhos de ferro, pontes, edifícios públicos – agricultura e florestas, indústria, comércio, ensino comercial e industrial, estatística, pesos e medidas.

A Biblioteca tem a sua origem em 1868, com a criação da *Repartição de Archivo e Bibliotheca* encarregue de recolher, tratar e conservar os livros impressos ou manuscritos pertencentes ao Ministério.

Esta coleção de *livros impressos* é constituída por obras oriundas de livrarias das extintas ordens religiosas, da Casa do Risco das Obras Públicas, das bibliotecas de José Vitorino Damázio e de António Augusto de Aguiar entre outros, nele se integrando um importante fundo de livro antigo, com numerosas primeiras edições desde o séc. XVI.

O fundo original foi sendo acrescentado e diversificado ao longo

dos anos e abrange, atualmente, as áreas temáticas que competiram ao Ministério e ainda, as de engenharia militar, história e política colonial, economia, matemática, física, química, história natural dos séculos XVIII e XIX e história urbana de Lisboa, obras estas mais recentes. É constituído por 16.653 títulos de monografias e 1.105 títulos de publicações periódicas.

A Biblioteca e Arquivo Histórico encontra-se a funcionar desde Janeiro de 2009, na Rua do Vale de Pereiro n.º 4, e dispõe de uma sala de leitura para 19 utilizadores, com equipamento que permite a leitura da documentação em suporte micrográfico e digital, para além do original.

No âmbito das suas competências, nomeadamente da comunicação e difusão, procede ainda a empréstimos para exposições e tem em curso o Projecto de *Digitalização de*

Desenhos e Cartografia do Arquivo Histórico, com 6580 desenhos já digitalizados.

Se, em 1911, a abertura ao público, cujo centenário este ano comemoramos, passava pela disponibilização dos documentos na Sala de Leitura, hoje, passa sobretudo pela divulgação via *Web*. Tendo em vista essa divulgação assinámos, no passado dia 2 de Junho, o Protocolo de Adesão à Rede Portuguesa de Arquivos e lançámos o site da Biblioteca e Arquivo Histórico.

Através deste site <http://www.bahop.moptc.pt/> podem ser consultados os instrumentos de descrição do Arquivo e os catálogos da Biblioteca, bem como toda a informação sobre a Biblioteca e Arquivo Histórico.

Maria Cristina Veiga

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE
DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DA SG, DO MOPTC

Reunião do Comité Intergovernamental do Programa IberArchivos – ADAI ■

O COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL do Programa IberArchivos – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos (ADAI) reuniu na cidade do Panamá nos dias 24 e 25 de maio de 2011.

Depois dos agradecimentos às autoridades arquivísticas do Panamá pelas facilidades para a realização da reunião foram aprovados o relatório e contas da Tesouraria.

Em seguida foi decidido aprovar os apoios a projetos arquivísticos, geridos pelo fundo ADAI, o qual contabilizou cerca de 650.000 euros, de acordo com a seguinte distribuição:

1. Destinar 7.000 euros para gastos de alojamento dos participantes na reunião;
2. Destinar 9.735 euros para o projeto supranacional n.º 2010/217, denominado «Encontros e Desencontros: Tratados da Ibero-América», apresentado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
3. O montante total para os projetos aprovados com sede social em países membros do Comité, cujo representante arquivístico nacional se encontra presente na reunião do Panamá, será, no máximo, de 55.000 euros;
4. O valor máximo de projetos aprovados para El Salvador, Academia Salvadorenha de História, será de 27.500 euros.

Neste sentido foram aprovados os projetos, com sede em Portugal, apresentados pelo Arquivo Distrital de Bragança e pelo Arquivo Distrital de Castelo Branco, relacionados com o tratamento de documentação relativa aos registos dos movimentos migratórios portugueses.

IBERARCHIVOS – PROGRAMA ADAI · RECURSOS ECONÓMICOS: INVESTIMENTOS

Total Investido
Dólares: 1.891.289
Euros: 3.980.721

Número de Projectos
Aprovados: 1.049 projectos
Executados: 991 projectos

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005E	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Argentina	2	4			1				3	4	12	9	9	44
Bolívia	1	3	2	1	5	1								13
Brasil	6	5	6	7	6	6	7	6	4	7	5	5	5	75
Chile				3	8	10		9	5	8	10	10	7	70
Colômbia	3	7	7	11	13	8	6	40	14	11	10	10	9	119
Costa Rica	4	4	5	6	12	10	12	15	13	10	14	9	10	124
Cuba	6	7	9	13	13	24	18	18	20	28	30	12	8	206
Equador			1											1
El Salvador		1	1	1	1	1		5	3		4	3	4	24
Espanha												1	1	2
Guatemala	1	1	1	1	1								1	6
Honduras	1	2												3
México	1	5	6	5	9	8	7	5	5	8	8	9	10	86
Nicarágua	1	1	1	1	1									5
Panamá	1								2	2			4	9
Perú	4	6	7	5	2	1		14	8	0	18		9	74
Portugal												3	2	5
Porto Rico						4	12		10	7	6	14		53
Rep. Dominicana	1		1					1	1		8	1	6	19
Uruguai	2			1	1	0	12	15	19	9	13	11	8	91
Venezuela	1			1										2
Supranacional			2	3	1	1	0	1	1	2	3	2	2	18
Total	35	46	49	59	74	74	74	99	108	96	141	99	95	1049

O comité aprovou ainda alterações aos documentos constantes da Carta de Compromisso e Convocatória de Candidaturas, disponíveis em <http://www.mcu.es/archivos/MC/ADAI/Convocatoria.html>, e fixou o período de 6 de junho a 6 de setembro de 2011 para apresentação de novos projetos, cujo limite máximo de financiamento é de 17.000 euros.

Para uma melhor compreensão do que tem significado este programa para o conjunto dos arquivos Ibero-americanos, apresentamos os quadros em anexo, da autoria de Luís R. Enseñat Calderón, da sub-direção geral de Arquivos de Espanha os quais sintetizam, de forma concludente, o esforço que tem sido realizado, em con-

junto com a Associação Latino-Americana de Arquivos, ao longo destes 13 últimos anos, no sentido de valorizar e salvaguardar o património arquivístico.

Esta é também uma oportunidade para os arquivos portugueses apresentarem projetos, sendo que serão valorizados os que incidam sobre tratamento técnico arquivístico de documentos que se refiram a mais de dois países latino-americanos, ou se possam inscrever em áreas prioritárias das Cimeiras Ibero-americanas, tais como: perspetivas de género e étnicas (indígenas e afro-descendentes) e aqueles que façam referência a conflitos nacionais, exílios, direitos humanos, processos migratórios ou independência de países latino-americanos. ♦

EBNA – EAG – 10 e 11 de Maio de 2011, Budapeste ■

NOS DIAS 10 E 11 DE MAIO reuniu em Budapeste o European Board of National Archives – EBNA. Esta reunião dos responsáveis dos arquivos nacionais dos diferentes países que constituem a União Europeia, ocorre no país que detém a presidência da União.

Este encontro começou com a apresentação do sistema de arquivos húngaros e a das transformações que se estão a operar neste país, adequando as tradicionais funções arquivísticas aos novos desafios da gestão de documentos eletrónicos e à qualidade da prestação de serviços à comunidade.

A experiência dos arquivos da Estónia e da Croácia, no âmbito da comunicação da informação de arquivos, constituiu um elenar de perspectivas na articulação da função administrativa e de apoio à decisão na sua interação com os arquivos nacionais dos respetivos países.

Um painel abordou a experiência francesa na reutilização da informação de arquivos e o Arquivo Nacional da Roménia apresentou novos dados sobre as políticas arquivísticas em favor do acesso à informação custodiada pelos arquivos e o seu impacto numa sociedade em transformação acelerada.

O dia, pela manhã, foi dedicado à preservação dos documentos de arquivo. O relato do estado dos projetos de construção dos arquivos centrais da Alemanha e da Finlândia, mostraram as virtualidades dos novos edifícios, a construir de raiz, na resposta aos desafios de manutenção dos mesmos, utilizando novos materiais e tecnologias de auto-sustentação. De realçar também o programa europeu, monitorizado a partir do Arquivo Nacional da



Hungria, de controlo ambiental dos depósitos e de todos os fatores de risco que se manifestam no controlo físico dos documentos. Esta aplicação informática permite monitorizar um conjunto significativo de indicadores para a melhoria da gestão dos conjuntos documentais e alargar a intervenção preventiva para evitar pragas e outros fatores de risco que possam fazer perigar os documentos. Foram ainda apresentadas as atividades associadas ao DLM Fórum, em particular as novas características e tendências plasmadas no MoReq2010. De entre as ativas intervenções dos participantes, saliente-se a proposta de alteração da designação de MoReq2010 para MoReq2020, com o objetivo de mostrar a modernidade e atualidade do modelo proposto. Refira-se ainda o «desinteresse» manifestado pela liderança francesa no Euronomos – base de dados de legislação europeia de arquivos – que muito contribuiu para que este projeto se encontre estagnado.

No mesmo dia 11 de Maio teve lugar a reunião do European Archival Group – EAG, grupo de peritos, em matéria de arquivos, junto da Comissão Europeia.

A agenda percorreu todos os temas que se encontram em discussão no âmbito da Cultura, junto da Comissão Europeia, de que salientamos:

1. EUROPEANA. Análise do documento «Novo Renascimento», sobre a digitalização do património cultural europeu. Ficou definido um primeiro esboço de reação dos arquivos ao relatório do designado «Comité des Sages», no qual é sublinhado a importância do contexto da produção dos arquivos e a sua articulação

com as matérias que hoje se designam de «área administrativa», e que no futuro serão certamente parte integrante do património cultural europeu.

2. ApeNet – Portal Europeu de Arquivos. Foi apresentado um relatório do ponto de situação do modelo das funcionalidades do Portal, cujo projecto é liderado pela Espanha. Foi referido que o trabalho se desenvolveu a bom ritmo e os resultados aguardados com expectativa.

3. Preservação de documentos e prevenção de catástrofes: foi dada notícia da participação de vários arquivos do centro da Europa neste projeto e apresentado um sítio *Web* que tem por missão a monitorização das atividades a desenvolver pelos arquivos em caso de catástrofes, com articulação às autoridades militares e de proteção civil.

Por último foram também abordados aspetos relacionados com os novos desafios, sendo identificados os seguintes tópicos.

a) Reutilização de informação do setor público

b) Relação entre os acesso aos documentos em linha e documentação presencial

c) Preservação de documentos eletrónicos.

Silvestre Lacerda

Les Patrimoines de la Traite Négrière et de L' Esclavage ■

O COLÓQUIO INTERNACIONAL *Les Patrimoines de la Traite Négrière et de L' Esclavage*, realizado na Universidade de La Rochelle, de 27 a 29 de Abril de 2011.

A Torre do Tombo participou neste Colóquio por convite do Diretor dos Arquivos de França,, dirigido ao Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por ser conhecido o interesse das suas fontes para a pesquisa internacional. Em 2011, a França assinala *l' Année des Outre-mer* e os 10 anos da lei de 21 de Maio de 2001, visando o reconhecimento do trato e da escravatura como um crime contra a humanidade, encecando um programa de acções com participação ativa do *Service interministériel des Archives de France*, sob a coordenação da *Direction générale des Patrimoines*.

O local escolhido, a cidade de La Rochelle, terceiro porto negreiro de França, depois de Nantes e Bordéus, apresenta um património arquitectónico e toponímico que documenta a atividade multissecular dos seus armadores, factos presentes na consciência cívica da cidade, de que são exemplo a associação *Memoria*, e o acolhimento oferecido a todos os participantes do Colóquio Internacional . Este encerrou com a visita guiada ao Museu *du Nouveau Monde*, instalado na antiga residência de um armador, onde podem ser vistos objetos representando escravos, uma planta de navio negreiro, alguns retratos de amos e escravos, e o quadro *La Mascarade nupcial*, de José Conrado Rosa, pintor que trabalhou para a Família Real portuguesa no Brasil¹.

A *Direction générale des Patrimoines* lançou esta iniciativa, que deu o nome ao Colóquio

Internacional, concretizada num programa de ações no âmbito do património, abrangendo serviços do Ministério da Cultura e da Comunicação de França, entidades organizadoras do mesmo.

O objetivo de envolver profissionais de diferentes áreas, suscitando o debate entre memória e história, trazendo novas fontes e recursos documentais inéditos, sobressai no programa, nas áreas de intervenção e de pesquisa dos cerca de 40 participantes provenientes de arquivos nacionais, departamentais e municipais, de museus e ecomuseus, da investigação e da universidade, da arqueologia, quer de França, quer das ilhas de Tromelin, Reunion e Mayotte (Índico), da Guiana Francesa, da Martinica, de Guadalupe, e ainda do Benim e da ilha de Gorée (Senegal). A divulgação do *Guide des sources de la traite négrière, de l'esclavage et de leurs abolitions*², abrangendo todos os serviços de arquivos franceses, e que irá ser disponibilizado em linha, marcou a sessão de abertura.

As sessões organizadas em *Mémoire des mots, Mémoire des routes, Mémoire des lieux, Mémoire à transmettre*, contaram com comunicações sobre as diferentes vertentes do património: linguístico (língua crioula), arquitetónico (análise dos edifícios da ilha de Gorée, inscrita no registo do *Património mundial da UNESCO*; o forte português de Ouidah, no Benim, local do trato de escravos ligado ao mercador Francisco Félix de Sousa, foi restaurado e acolhe atualmente um museu; os edifícios das plantações: o caso da Habitação Loyola, em Rémire, na Guiana francesa), o património do mobiliário (as madeiras do Brasil,

o acaju muito popular na Antilha Francesa, o guáico, o pau-santo; a mão de obra escrava no transporte das madeiras), o património arqueológico (a pesquisa em sepulturas de escravos, em cemitério de hospital, em meio subaquático, a máquina a vapor na produção açucareira designada por *nègre métallique*), o património dos museus (ao serviço da história da população crioula da ilha de *Reunion*, a interação com as populações descendentes de escravos, a recolha de memórias; a coleção do museu de Nantes, primeiro porto negreiro de França, que inclui três figuras de proa de navios; o Museu *d'Aquitaine* em Bordéus, segundo porto negreiro de França, visitado pelos descendentes dos escravos que hoje residem em França, inclui um painel com numerosas fotografias suas e dispõe de base de dados com o número de famílias envolvidas no tráfico de escravos, o número e o nome dos barcos). Os arquivistas apresentaram fundos e tipologias documentais relativas a navios, viagens, cargas de escravos, nomes de armadores, jornais de bordo ou notícias diárias da Companhia das Índias com ilustrações de relevos, famílias emigradas de França para as colónias, principais cidades fornecedoras de colonos. Nos *Archives d' Outre-mer*, foram destacados os registos paroquiais, a correspondência, os arquivos privados contendo arquivos de plantações, bem como a constituição de vocabulários controlados a partir da recolha de termos na documentação. O Arquivo Municipal de Bordéus apresentou os ateliês do seu serviço educativo junto da população escolar. Os investigadores divulgaram bases de dados, patrocinadas pela UNESCO, orientadas para

a pesquisa de navios, equipagens, escravos, itinerários, portos de chegada, e fontes, com expressa indicação do seu interesse para investigadores ingleses, espanhóis e portugueses, ou dirigidas para a pesquisa sobre a fuga dos escravos na ilha de Saint Domingue – Haiti; e ainda a base de dados de fundos fotográficos de Jacques de Caunna, com 2100 fotografias de plantações do Haiti. Visando ajudar a superar nos descendentes, a memória ainda presente, de dor e de vergonha da escravatura, Emanuel Gordien, diretor do Atelier de genealogia e de história das famílias antilhas de Guadalupe e Martinica e Serge Romana (do Comité marcha de 23 de Maio de 1998), também eles descendentes de escravos, organizaram uma base de dados de genealogia, a partir dos registos paroquiais e notariais disponíveis. A pesquisa pelo apelido permitiu associar o nome das pessoas ao dos antigos donos dos escravos. Esta iniciativa suscitou um forte interesse nas pessoas que, atualmente, residem em França.

A Torre do Tombo participou com a comunicação intitulada *Le traitement archivistique auprès de l' Arquivo Nacional da Torre do Tombo: contenus, communication et recherche dans les fonds et documents* integrada na sessão *Mémoire des routes*. Com ela, pretendeu-se dar a conhecer a formação, a existência e a actividade da instituição multissecular, divulgar o *Poço dos Negros*, a sepultura para escravos mandada construir em 1515 por D. Manuel I, e cuja memória se fixou na documentação da Câmara Municipal de Lisboa e na toponímia da cidade, bem como a documentação com interesse para o tema, com particular referência ao Corpo Cronológico, inscrito no Registo *Memória do Mundo* da UNESCO, um património documental a partilhar. Foram referidos os instrumentos de descrição disponíveis e o endereço eletrónico onde são pesquisáveis os guias de fontes portuguesas para a História de África e da América Latina, o Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo e o catálogo em linha. Apresentaram-se cerca de 44 fundos documentais com interesse para o estudo da temática. A organização do Colóquio prevê a publicação das comunicações na *In Situ – Revue des patrimoines*.

- 1 Publicado em *Os negros em Portugal – séc. xv a xix*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. ISBN: 972-8325-99-1.
- 2 Publicado, em 2007, pela Direction des Archives de France. ISBN: 978-2-11-006436-3.
- 3 *La traite Nègrière française du XVIIIe au XIXe siècle*, principal responsável Marcel Dorigny, da Universidade de Paris III.

Fátima Ó Ramos

CHEFE DE DIVISÃO DE AQUISIÇÕES
E TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

Dia Internacional dos Arquivos ■



A 9 DE JUNHO COMEMORA-SE O DIA INTERNACIONAL dos Arquivos, data que celebra o início das atividades do Conselho Internacional de Arquivos, precisamente a 9 de Junho de 1948.

Este dia foi assinalado em Portugal com a realização de várias iniciativas de divulgação do trabalho realizado nos arquivos, pelos seus profissionais, de que destacamos:

1. Visitas orientadas para o conhecimento dos edifícios e das atividades dos arquivistas;
2. O Arquivo Distrital de Bragança realizou um evento que denominou *A Memória de um Contador de Histórias...habitante do Arquivo desde o Séc. XIII*, através do qual se dava a conhecer a história do Arquivo;
3. O CPF lançou um concurso / passatempo, que consistia na identificação do autor e local de algumas fotografias do seu Arquivo, apelando assim à participação do cidadão na vida do arquivo;
4. Seminário e Fórum de debate sobre o tema *Os Arquivos como elemento estruturante e dinamizador da Modernização Administrativa*, organizado pelo Arquivo Municipal do Porto. Este evento proporcionou um espaço de reflexão e de debate que muito enriqueceu os participantes, sobre os novos desafios que se colocam aos arquivos, nomeadamente nas áreas dos sistemas de informação e comunicação, da gestão documental, dos projetos de desmaterialização de procedimentos, entre outros. Estiveram presentes mais de 140 participantes, de mais de 50 instituições diferentes, entre as quais 31 municípios, oriundos de todo o país. ♦

http://tv.cm-porto.pt/arquivo/dia-internacional-dos-arquivos?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter

Assinatura Eletrónica: Aspectos legais e aspetos tecnológicos ■

Conversa pública com Zaida Chora e Manuel Magriço

REALIZOU-SE A 12 DE MAIO MAIS UMA SESSÃO das *Conversas públicas*, esta dedicada à Assinatura eletrónica. Esta iniciativa contou com a presença de Zaida Chora, na qualidade de ex vogal do Conselho Diretivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e de Manuel Magriço, membro da *Unidade de Missão para a Informatização da Procuradoria-Geral da República*, tendo como moderador, o subdiretor-geral da DGARQ, Francisco Barbedo.

Ao procurar uma abordagem complementar entre a dimensão tecnológica e a componente legal, foram debatidos diversos temas de que destacamos:

- O esclarecimento de conceitos associados à temática – assinatura eletrónica qualificada, assinatura digital, certificação, credenciação, cópia de ficheiros, conversão de ficheiros, e outros;
- A aplicabilidade da assinatura eletrónica qualificada – AEQ à documentação produzida na Administração Pública, face à diversidade de tipologias documentais, formatos e soluções tecnológicas;
- A dicotomia entre documento autentico e documento particular assinado – valor probatório previsto no código civil, e a lei das AEQ;
- A possibilidade de enquadramento legal, num futuro próximo, da eliminação da documentação de conservação permanente, substituída por reprodução certificada digitalmente;



- O problema das duas vertentes da obsolescência tecnológica, quer dos documentos digitais originais, quer das assinaturas digitais que os certificam;
- A necessidade de alternativas válidas face à solução da reassinatura eletrónica qualificada;
- A importância de equacionar a certificação dos Sistemas de Informação, com a complexa necessidade da certificação de processos das próprias pessoas envolvidas;
- A questão da validação da cadeia de certificação;
- O relacionamento entre o quadro legal e o contexto tecnológico na esfera da Administração Pública;
- A questão da aceitação/substituição do suporte *papel* pelo suporte *eletrónico*.

Durante o debate foram ainda abordadas a questão das normas e da legislação de referência nestes domínios.

Confira estes e outros pontos focados, acedendo à conversa integral em: <http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/conversas-publicas/>

Mario Sant'Ana

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

Protocolos de Cooperação ■

OS PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO correspondem a uma das linhas de intervenção da DGARQ, perspectivada na troca de informações e experiências e ainda no sentido da salvaguarda do património arquivístico e fotográfico. Neste sentido, durante este trimestre foram assinados os seguintes protocolos:

- A 11 de Maio de 2011, Protocolo de Cooperação entre a DGARQ e o

Arquivo Nacional da República da Hungria, no domínio dos Arquivos;

- A 2 de Junho de 2011, Protocolo de Cooperação com a Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados, para o estudo e protecção dos seus arquivos, enquanto elementos relevantes do património cultural nacional;
- A 3 de Junho de 2011, Acordo de colaboração com a Fundação INATEL,

no âmbito do desenvolvimento e conservação do projecto *Identificação, Avaliação, Organização, Descrição e Disponibilização do Arquivo da Fundação INATEL*;

- A 22 de Junho de 2011, Protocolo de Colaboração com a Liga dos Combatentes, para a digitalização dos microfílmes relativos à documentação do Fundo do Arquivo Histórico. ◇

AGENDA

Exposições



Encontros com a Música na Torre do Tombo

ESTA EXPOSIÇÃO apresenta documentos da Torre do Tombo relacionados com a Música num percurso que acompanha algumas correntes artísticas de tradição europeia – do cantocho medieval aos concertos públicos do romantismo, passando pela polifonia renascentista, ópera barroca e sonata clássica.

A preocupação pelo ensino da música é aqui testemunhada.

Exposição aberta ao público de 14 de Julho a 24 de Setembro, no edi-

fício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, em Lisboa. ♦

Horário: 2ª a 6ª das 10h00 às 19h00 · **Entrada livre**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa · Tel.: 217 811 500 · Fax 217 937 230 · grec@dgarg.gov.pt · www.dgarg.gov.pt



Prémio Fotojornalismo 2011

ESTAÇÃO IMAGEM · MORA
DE 18 DE JUNHO A 25 DE SETEMBRO

PRÉMIO ÚNICO NESTA ÁREA EM PORTUGAL é promovido pela Estação Imagem com a parceria da Câmara Municipal de Mora e realizou-se pelo segundo ano consecutivo. Em 16 de Abril de 2011 os vencedores foram anunciados numa cerimónia pública realizada naquela vila alentejana. Uma reportagem sobre um caso de «bullying» numa escola de Mirandela garantiu ao fotógrafo Nelson Aires a conquista do principal galardão do Prémio, vencendo igualmente na categoria Série de Retratos.

Em consequência desta iniciativa foi produzida a exposição com os trabalhos premiados, com exibição inaugural no Centro Português de Fotografia. ♦



© NELSON AIRES

Centro Português de Fotografia/Direção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto · Campo Mártires da Pátria
4050-368 Porto Portugal · Tel. +351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311
mail@cpf.dgarg.gov.pt · www.cpf.pt · www.facebook.com/CPF.DGARQ
twitter.com/CPF_DGARQ · Horário: 3ª a 6ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00 · Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00
Entrada Livre